



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 310,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA	
	Ano
As três séries	Kz: 470 615,00
A 1.ª série	Kz: 277 900,00
A 2.ª série	Kz: 145 500,00
A 3.ª série	Kz: 115 470,00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresnacional@impresnacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site www.impresnacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

SUMÁRIO

Órgãos Auxiliares do Presidente da República — Casa Civil

Despacho n.º 3976/14:

Nomeia António dos Santos Francisco para o cargo de Chefe de Secção de Digitalização de Documentos e Reprografia na Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil do Presidente da República.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Despacho n.º 3977/14:

Altera o nome de Leandro Emanuel Dugble Baptista para Leandro Emanuel Dugble dos Santos Baptista.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 3978/14:

Desvincula Hilário Agostinho, Encarregado não Qualificado, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 3979/14:

Desvincula Clemente Andrade Cassungo, Motorista de Pesados Principal, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 3980/14:

Desvincula Arnaldo Francisco Papagaio, Chefe de Secção, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 3981/14:

Desvincula Domingos Chilumbo, Chefe de Secção, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 3982/14:

Desvincula Paulo Garcia, Técnico Médio de 3.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 3983/14:

Desvincula Jermana Tchimbapo, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 3984/14:

Nomeia Mateus Simão André para o cargo de Chefe de Departamento de Inventário e Maneio Florestal do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 3985/14:

Nomeia Oliveira Domingos Gonçalves para o cargo de Chefe de Departamento de Fomento Faunístico do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 3986/14:

Nomeia Frederico Mauricio para o cargo de Chefe de Departamento de Fomento Apícola do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Despacho n.º 3987/14:

Nomeia Leonardo de Sousa Tavares para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Cuando Cubango.

Ministério do Comércio

Despacho n.º 3988/14:

Nomeia Palmira da Graça Chiengo para o cargo de Chefe do Departamento de Arquivo, Registo e Gestão de Dados.

Despacho n.º 3989/14:

Nomeia Pedro Matias José Tavares para o cargo de Chefe do Departamento de Gestão por Competências e Desenvolvimento de Carreiras.

Despacho n.º 3990/14:

Nomeia Jorge Ernesto Jorge Mboco para o cargo de Chefe do Departamento de Formação e Avaliação de Desempenho.

Despacho n.º 3991/14:

Nomeia João António da Silva para o cargo de Director Geral-Adjunto do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor.

Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação

Despacho n.º 3992/14:

Promove Benvinda Manuel Mungomba Retrato para a categoria de Assessora.

Ministério da Ciência e Tecnologia

Despacho n.º 3993/14:

Nomeia definitivamente Domingas Moniz Paulo para a categoria de Técnica de 3.ª Classe, colocada no Centro Tecnológico Nacional.

Despacho n.º 3994/14:

Nomeia definitivamente João Bisela para a categoria de Técnico de 3.ª Classe, colocado na Direcção Nacional de Regulação e de Transferência de Tecnologia.

Despacho n.º 3995/14:

Nomeia definitivamente Marta Palmira Aires Baptista para a categoria de Técnica de 3.ª Classe, colocada no Centro Nacional de Investigação Científica.

Despacho n.º 3996/14:

Nomeia definitivamente Bankotekena Bibiana para a categoria de Técnica Média de 1.ª Classe, colocada na Direcção Nacional de Investigação de Ciência e Investigação Científica.

Despacho n.º 3997/14:

Nomeia definitivamente Rita Miguel João Muhongo para a categoria de Técnica Média de 1.ª Classe, colocada na Direcção Nacional de Expansão e Licenciamento das Instituições de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Despacho n.º 3998/14:

Nomeia definitivamente Branca Feliciano Escórcio para a categoria de Técnica Média de 2.ª Classe, colocada no Centro Tecnológico Nacional.

Despacho n.º 3999/14:

Nomeia definitivamente Alice Isabel Baltazar Victoriano para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Centro Nacional de Investigação Científica.

Despacho n.º 4000/14:

Nomeia definitivamente Isabel A. Manico Francisco para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Centro Tecnológico Nacional.

Despacho n.º 4001/14:

Nomeia definitivamente Helena Isabel João para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Centro de Documentação e Informação, da Secretaria Geral.

Despacho n.º 4002/14:

Nomeia definitivamente Marcelino Mateus Bige para a categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado no Departamento de Gestão do Orçamento, da Secretaria Geral.

Governo Provincial de Benguela

Despacho n.º 4003/14:

Transfere Paula Alexandra Martins Dinis Canjaia, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela para a Direcção Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia do Namibe.

Governo Provincial de Luanda

Despacho n.º 4004/14:

Desvincula Armando Canga Jenha, Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 89/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Beton Limitada», no valor global de USD 4.000.000,00.

Resolução n.º 90/14:

Aprova o Contrato de Investimento do projecto denominado «Angola Environmental Serviços, Limitada», no valor global de USD 9.650.000,00, no Regime Contratual.

Resolução n.º 91/14:

Aprova o Contrato de Investimento do Projecto denominado «Beton blocos, Limitada», no valor de USD 1.000.000,00, no Regime Contratual Único.

ÓRGÃOS AUXILIARES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — CASA CIVIL

Despacho n.º 3976/14
de 27 de Outubro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea j) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Presidencial n.º 193/13, de 20 de Novembro, determino:

É António dos Santos Francisco nomeado, para em comissão de serviço exercer o cargo de Chefe de Secção de Digitalização de Documentos e Reprografia na Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil do Presidente da República.

Publique-se.

Luanda, aos 29 de Agosto de 2014.

O Chefe da Casa Civil, *Edeltrudes Mauricio Fernandes Gaspar da Costa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Despacho n.º 3977/14
de 27 de Outubro

Tendo Ricardo Jorge Guerra dos Santos Baptista e Edna Abrã da Costa Dugble, solicitado a alteração do nome de seu filho, Leandro Emanuel Dugble Baptista para Leandro Emanuel Dugble dos Santos Baptista, ao abrigo do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil;

Organizado e Instruído o processo, nos termos do artigo 131.º do Código do Registo Civil, conjugado com o disposto no artigo 370.º do mesmo Código e ao abrigo do Despacho Interno n.º 846/13, de 1 de Abril, do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É alterado o nome de Leandro Emanuel Dugble Baptista, nascido aos 15 de Setembro de 2001, no Município da Ingonbota, Província de Luanda, filho de Ricardo Jorge Guerra dos Santos Baptista e de Edna Abrã da Costa Dugble, para Leandro Emanuel Dugble dos Santos Baptista, nos termos do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Agosto de 2014.

A Secretária de Estado para a Justiça, *Maria Isabel Fernandes Tormenta dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 3978/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Hilário Agostinho, Encarregado não Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3979/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Clemente Andrade Cassungo, Motorista de Pesados Principal, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3980/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário Arnaldo Francisco Papagaio, Chefe de Secção, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3981/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário Domingos Chilumbo, Chefe de Secção, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3982/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário Paulo Garcia, Técnico Médio de 3.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3983/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É a funcionária Jermana Tchimbapo, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, desvinculada do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3984/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Mateus Simão André, Engenheiro Florestal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Inventário e Maneio Florestal do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3985/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Oliveira Domingos Gonçalves, Sociólogo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Fomento Faunístico do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3986/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Frederico Maurício, Biólogo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Fomento Apícola do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 3987/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Leonardo de Sousa Tavares, Engenheiro Florestal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Cuando Cubango.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 3988/14
de 27 de Outubro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago no cargo de Chefe de Departamento do Gabinete de Recursos Humanos do Ministério do Comércio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Palmira da Graça Chiengo nomeado para em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Arquivo, Registo e Gestão de Dados.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Outubro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 3989/14
de 27 de Outubro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago no cargo de Chefe de Departamento do Gabinete de Recursos Humanos do Ministério do Comércio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Pedro Matias José Tavares nomeado para em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Gestão por Competências e Desenvolvimento de Carreiras.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Outubro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 3990/14
de 27 de Outubro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago no cargo de Chefe de Departamento do Gabinete de Recursos Humanos do Ministério do Comércio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Jorge Ernesto Jorge Mboco nomeado para em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Formação e Avaliação de Desempenho.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Outubro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 3991/14
de 27 de Outubro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É João António da Silva nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Director Geral-Adjunto do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, a 1 de Outubro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 3992/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1. É a funcionária Benvinda Manuel Mungomba Retrato, Técnica Superior de 2.ª Classe do Instituto Angolano das Comunicações — INACOM, promovida nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, a Assessora.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 8 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Despacho n.º 3993/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Domingas Moniz Paulo nomeada definitivamente na categoria de Técnica de 3.ª Classe, colocada no Centro Tecnológico Nacional.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 3994/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É João Bisela nomeado definitivamente na categoria de Técnico de 3.ª Classe, colocado na Direcção Nacional de Regulação e de Transferência de Tecnologia.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 3995/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Marta Palmira Aires Baptista nomeada definitivamente na categoria de Técnica de 3.ª Classe, colocada no Centro Nacional de Investigação Científica.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 3996/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea a) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Bankotekena Bibiana nomeada definitivamente na categoria de Técnica Média de 1.ª Classe, colocada na Direcção Nacional de Investigação de Ciência e Investigação Científica.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 3997/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea a) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Rita Miguel João Muhongo nomeada definitivamente na categoria de Técnica Média de 1.ª Classe, colocada na Direcção Nacional de Expansão e Licenciamento das Instituições de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 3998/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea a) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Branca Feliciano Escórcio nomeada definitivamente na categoria de Técnica Média de 2.ª Classe, colocada no Centro Tecnológico Nacional.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 3999/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Alice Isabel Baltazar Victoriano nomeada definitivamente na categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Centro Nacional de Investigação Científica.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 4000/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Isabel A. Manico Francisco nomeada definitivamente na categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Centro Tecnológico Nacional.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 4001/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Helena Isabel João nomeada definitivamente na categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Centro de Documentação e Informação, da Secretaria Geral.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 4002/14
de 27 de Outubro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo como o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com a alínea b) do artigo 3.º, do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho, determino:

É Marcelino Mateus Bige nomeado definitivamente na categoria de Técnico Médio de 3.ª Classe, colocado no Departamento de Gestão do Orçamento, da Secretaria Geral.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

Despacho n.º 4003/14
de 27 de Outubro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Paula Alexandra Martins Dinis Canjaia, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 05582716, transferida a seu pedido da Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela, para a Direcção Provincial de Educação, Ciência e Tecnologia do Namibe.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 22 de Julho de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Despacho n.º 4004/14
de 27 de Outubro

Por conveniência de serviço;

Considerando as atribuições e competências próprias do Governador Provincial de Luanda, de nomear, exonerar e conferir posse aos titulares de cargos de Direcção e Chefia, e aos funcionários do quadro do Governo Provincial de Luanda;

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que fixa o Regime de Constituição, Modificação e Extinção de Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública.

O Governador da Província de Luanda, nos termos da alínea b) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, conjugado com n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico

do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Armando Canga Jenha, com a categoria de Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 010401556, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 2 de Setembro de 2014. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião F. Bento*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 89/14
de 27 de Outubro

Considerando que a sociedade «Elecnor, S.A.», pessoa colectiva de direito espanhol, entidade não residente cambial, Investidor Externo, sociedade constituída com o capital social de € 8.700.000 euros (oito milhões setecentos mil euros), com sede em Espanha, Madrid, C/Marqués de Mondejar, n.º 33 e o «GRUPO SOPROMIL — Gestão e Participação S.A.», pessoa colectiva de direito angolano, entidade não residente cambial, Investidor Interno, sociedade constituída com capital social de Kz: 1.900.000 (um milhão novecentos mil kwanzas), com sede em Angola, Luanda, Rua Assis Júnior, Edifício IMS, n.º 2 rés-do-chão, Bairro da Maianga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda 2.ª Secção sob o n.º 1178-10, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de Investimento Misto.

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se a implementação de um projecto industrial visando a fabricação de pré-fabricados de betão.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de Investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado Angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Betonor, Limitada» no valor global de USD 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos [...] de [...] de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO PROJECTO DE INVESTIMENTO BETONOR, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

A República de Angola, representada pela Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), com sede em Luanda, na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto (doravante designados, respectivamente, por «Estado» e «ANIP»);

E

Primeiro: — «Elecnor, S. A.», pessoa colectiva de direito espanhol, entidade não residente cambial, Investidor Externo, sociedade constituída com o capital social de 8.700.000 euros (oito milhões setecentos mil euros), com sede em Espanha, Madrid, C/ Marqués de Mondejar, n.º 33, aqui representada por Javier López.Tato com poderes para o acto (doravante designada «Elecnor, S. A.»);

E

Segundo: — «GRUPO SOPROMIL — Gestão e Participação S.A.», pessoa colectiva de Direito Angolano, entidade não residente cambial, Investidor Interno, sociedade constituída com capital social de Kz: 1.900.000,00 (um milhão novecentos mil kwanzas), com sede em Angola, Luanda, Rua Assis Júnior, Edifício IMS, n.º 2, rés-do-chão, Bairro da Maianga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção sob o n.º 1178-10, neste acto representada por Manuel Livongue, na qualidade de Administrador-Único com poderes para o acto (doravante designada «Grupo Sopromil»).

«Elecnor, S.A.» e «Grupo Sopromil» quando referidas conjuntamente, são designadas por «Investidoras». O Estado e as Investidoras, quando referidos conjuntamente, serão designados por «Partes».

Considerando que:

I. As Investidoras [«Elecnor, S.A.» e a «Grupo Sopromil»], pretendem implementar um Projecto de Investimento em Angola no ramo da indústria de produção de pré-fabricados

de betão e betão pronto (doravante «Pré-fabricados de Betão») em República de Angola, através da construção e operação da Fábrica de Pré-fabricados de Betão, bem como na comercialização dos respectivos produtos.

II. O presente Investimento resulta de uma joint venture entre a empresa de Direito Angolano «Grupo. Sopromil» e a empresa de direito espanhol «Elecnor, S.A.» para a execução do presente Projecto de Investimento, as Investidoras obrigam-se a constituir entre si, ao abrigo da Lei Angolana, uma sociedade por quotas com a denominação «Betonor, Limitada» (adiante abreviadamente apenas por «Betonor»), com o capital social no contravalor em kwanzas de 1.200.000,00 USD cuja distribuição será definida através do pacto social que a mesma irá adoptar.

III. Com a construção da Fábrica de Pré-fabricados de Betão, as Investidoras pretendem contribuir, de forma significativa e sustentável, para o desenvolvimento estratégico da economia angolana (em particular para o crescimento da sua capacidade industrial) já que a mesma pretende produzir efeitos positivos muito relevantes em termos económicos e sociais, em particular na Zona de Fábricas Zango I, Comuna de Cabolombo, Município de Viana.

IV. Reconhecendo o carácter altamente relevante para o desenvolvimento estratégico da economia angolana do presente Projecto de Investimento, o Estado pretende apoiar o investimento proposto pelas Investidoras no âmbito da Lei do Investimento Privado, criando condições legais e apoio institucional para o seu sucesso;

V. As Investidoras pretendem beneficiar das condições legais e do apoio institucional que o Estado pode oferecer, enquanto condição essencial para a realização integral do Projecto de Investimento; sendo vontade das Partes contratualizar os seus direitos e obrigações no quadro e nos termos e condições previstos na Lei do Investimento Privado.

É, nos termos do artigo 53.º da Lei do Investimento Privado, celebrado o presente Contrato de Investimento Privado, que se rege pelo disposto nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento, salvo se sentido diverso resultar do seu contexto, as definições abaixo reproduzidas tem o significado que a seguir lhes é atribuído:

«Anexos»: — Os documentos identificados no ponto n.º 5 da Cláusula 25.ª, desde Contrato de Investimento;

«ANIP»: — Agência Nacional para o Investimento Privado;

«BNA»: — Banco Nacional de Angola;

«CCI»: — Câmara de Comércio Internacional de Paris;

«Cláusulas»: — São as disposições deste Contrato de Investimento Privado, excluindo os considerados;

«Contrato de Investimento»: — O presente Contrato de Investimento e todos os seus Anexos;

«Contrato Promessa de Cessão do Direito de Superfície»: — O Contrato Promessa de Cessão de Direito de Superfície entre a «SOPROMIL — Sociedade de Promoção Imobiliária S. A.», e os sócios que conformarão a sociedade «Betonor» em favor de «Betonor»;

«CRIP»: — Certificado de Investimento Privado emitido pela ANIP;

«Data de Cessação»: — A data em que qualquer uma das Partes resolver o Contrato de Investimento nos termos da Lei Aplicável e deste Contrato de Investimento;

«Data Efectiva»: — A data da assinatura deste Contrato de Investimento;

«Fábrica de Pré-fabricados de betão»: — A fábrica a construir e operar pela «Betonor», no terreno, com todos os seus bens e equipamentos, para o fabrico dos Produtos;

«Formulários da Proposta de Investimento Privado»: — São os Formulários da Proposta de Investimento Privado aprovados pela ANIP, incluindo os seus anexos;

«Implementação Efectiva»: — É a data em que a «Betonor» inicia a Operacionalização da Fábrica de Pré-fabricados de Betão;

«Incentivos»: — O conjunto de benefícios fiscais, aduaneiros ou outros concedidos pelo Estado às Investidoras;

«Lei Aplicável»: — As leis que estejam em vigor no Território à Data Efectiva, incluindo a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei da Arbitragem Voluntária e a Lei do Investimento Privado;

«Lei das Sociedades Comerciais»: — É a Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro;

«Lei do Ambiente»: — Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, o Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho e o Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho;

«Lei de Investimento Privado»: — Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

«LIP»: — Lei de Investimento Privado;

«Lei sobre a Arbitragem Voluntária»: — Lei n.º 16/03, de 25 de Julho;

«Lei sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado»: — Lei n.º 17/03, de 25 de Julho;

«Operacionalização da Fábrica de Pré-fabricados de Betão»: — Significa a data em que se inicia a produção dos Produtos na Fábrica de Pré-fabricados de betão.

«Partes» ou «Parte»: — O Estado e/ou as Investidoras;

«Produtos»: — São os postes de Betão armado para Linhas eléctricas, Bueiros, Painéis para edifícios, Muros de suporte para contenção de terras, armazéns pré-fabricados..., Betão Pronto...;

«Projecto de Investimento»: — A construção e operação da Fábrica de Pré-fabricados de Betão nos termos da Cláusula 2.ª do presente Contrato de Investimento;

«Regulamentação do Licenciamento Industrial»: — O Decreto n.º 44/05, de 6 de Julho;

«Terreno»: — É o local onde será construída a Fábrica de Pré-fabricados de Betão, melhor identificada no Contrato Promessa de Cessão do Direito de Superfície;

«Território»: — Significa a República de Angola.

2. Sempre que este contrato de Investimento utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas têm o significado previsto nesta Lei.

3. O significado das definições previstas neste Contrato de Investimento é sempre o mesmo, quer sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza e objecto do Contrato de Investimento)

1. O presente Contrato de Investimento tem natureza administrativa.

2. O objecto do Contrato consiste na implementação de um projecto industrial visando a fabricação de pré-fabricados de betão.

CLÁUSULA 3.ª

(Sociedade executora do Projecto)

1. Pelo presente contrato e para a execução do objecto constante da Cláusula 2.ª, os Investidores obrigam-se a constituir entre si, ao abrigo da lei angolana, uma sociedade por quotas com a denominação «Betonor, Limitada», com capital social no contravalor em kwanzas de USD 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares americanos), cuja distribuição será definida através do estatuto social que a mesma irá adoptar.

2. A sociedade terá a sua sede social na Estrada de Cateke, sem número, campo INE Maristas, Luanda.

3. Para o desenvolvimento do seu projecto, as Investidoras constituirão a referida sociedade por quotas, conforme projecto de estatutos anexo ao processo instruído junto da ANIP.

CLÁUSULA 4.ª

(Localização do Investimento e regime jurídico dos bens do Investidor)

1. O Projecto de Investimento será implementado na Zona de Fábricas Zango I, Comuna de Cabolombo, Município de Viana, Província de Luanda (Angola).

2. Nos termos do Contrato Promessa de Cessão do Direito de Superfície, e depois que este for efectivo a «Betonor», será a única e exclusiva titular do direito de superfície sobre o Terreno e será, após a conclusão da construção e do respectivo registo junto da Conservatória do Registo Predial, a única proprietária da Fábrica de Pré-fabricados de Betão.

3. A «Betonor» poderá, querendo, onerar livremente o Terreno e ou a Fábrica de Pré-fabricados de Betão, incluindo o seu equipamento, nos termos da Lei Aplicável e do Contrato de Concessão de Direito de Superfície, para efeitos de execução do Projecto de Investimento ou para qualquer outro fim inerente ao exercício da sua actividade.

CLÁUSULA 5.ª

(Prazo de vigência do Contrato de Investimento)

Salvo se resolvido por qualquer uma das Partes, nos termos e condições previstas no presente Contrato de Investimento e na Lei Aplicável, o Contrato de Investimento e terá duração indeterminada.

CLÁUSULA 6.ª

(Objectivos do Projecto de Investimento)

As actividades da sociedade relacionadas com o Projecto de Investimento, objecto do presente Contrato, pretendem atingir os objectivos económicos e sociais, a saber:

- a) Incentivar o crescimento económico;
- b) Aumentar a capacidade produtiva nacional ou elevar o valor acrescentado;
- c) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e a elevação da qualificação de mão-de-obra Angolana;
- d) Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva; e
- e) Aumentar as disponibilidades cambiais e o equilíbrio da balança de pagamentos.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante de Investimento)

O montante total estimado do Projecto de Investimento é de USD 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

CLÁUSULA 8.ª

(Operações de Investimento)

1. O montante total do presente projecto é de USD 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e pressupõe as operações de investimento externo previstas nas alínea a) e c) do artigo 12.º e a operação de investimento interno prevista na alínea a) do artigo 10.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. A qualquer variação que se verifique nas operações de investimento descritas no número anterior, aplicam-se, com as devidas adaptações, o previsto no n.º 2 da Cláusula 11.ª

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de realização do Investimento)

O Investimento será realizado da seguinte forma:

1. Investimento externo — a ser realizado pela «Elecnor, S. A.» no valor de USD 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América) sendo que do referido valor:

- i. USD 612.000,00 (seiscentos e doze mil dólares dos Estados Unidos da América) serão realizados através de transferência de fundos do exterior nos termos do artigo 13.º, n.º 1 alínea a) da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- ii. USD 1.428.000,00 (um milhão quatrocentos e vinte e oito mil dólares dos Estados Unidos da América) serão realizados através da importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos nos termos do artigo 13.º n.º 1 alínea d) da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Investimento interno — a ser realizado pelo «Grupo Sopromil» no valor de USD 1.960.000,00 (um milhão novecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos) através da alocação de fundos próprios nos termos do artigo 11.º alínea a) da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 10.ª

(Formas de financiamento de Projecto)

O Projecto de Investimento será financiado com recursos da «Elecnor, S.A.» e do «Grupo Sopromil».

CLÁUSULA 11.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. O Projecto de Investimento deve ser implementado de acordo com os prazos estimados fixados no cronograma de implementação que segue como Anexo I do presente Contrato de Investimento.

2. As Investidoras poderão alterar o cronograma de implementação, caso ocorra qualquer facto estranho à sua vontade que impeça a execução do Projecto de Investimento nos prazos previstos, nomeadamente a não obtenção dos licenciamentos relevantes ou a não execução, pelo Estado, de qualquer outro acto administrativo necessário à implementação do Projecto de Investimento. Neste caso, as Investidoras notificarão a ANIP, informando-a sobre qual o(s) facto(s) que impede(m) o cumprimento do calendário do Projecto de Investimento, bem como da nova calendarização a que o mesmo ficará sujeito, passando tal notificação a fazer parte integrante do Contrato de Investimento, considerando-se o Contrato de Investimento, quanto a esta matéria, automaticamente alterado em conformidade.

CLÁUSULA 12.^a
(Termos da proporção e graduação percentual
do repatriamento de lucros dividendos)

1. Com a Implementação Efectiva, nos termos previstos na Lei Aplicável, nomeadamente na Lei do Investimento Privado, é conferido às Investidoras o direito de transferirem para o exterior do Território os seguintes montantes:

- a) Os lucros distribuídos pela Sociedade, depois de pagos os impostos devidos;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, após dedução dos respectivos impostos, previstas em actos ou contratos que constituam investimento privado;
- d) Produto de indemnizações ou pagamentos de natureza similar;
- e) Royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos, associados à cedência de transferência de tecnologia.

2. As Investidoras terão direito a repatriar as quantias previstas do n.º 1 supra a partir da data de Implementação Efectiva, nos termos do artigo 18.º n.º 1, de a), b), c), d), e) e, n.º 2 da Lei do Investimento Privado.

3. Sem prejuízo de outras Cláusulas deste Contrato de Investimento, o Estado garante e compromete-se a emitir todas as licenças e a conceder todas as autorizações cambiais necessárias à implementação do Projecto de Investimento, nomeadamente quanto à importação, ao pagamento e à transferência de fundos para o exterior do Território, nos termos da legislação cambial.

CLÁUSULA 13.^a
(Concessão de facilidades e incentivos fiscais)

1. Nos termos do presente projecto de investimento e disposições legais correspondentes aplicáveis, constantes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, à Investidora privada assiste o direito aos incentivos fiscais seguintes:

- a) Redução da taxa do Imposto industrial em 27,5% por um período de 2 (dois) anos;
- b) Redução da taxa do Imposto industrial em 13,75% por um período de 1 (um) ano; e
- c) Redução da taxa do Imposto de Sisa em 50% pela aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao Projecto de Investimento.

2. O período de isenção ou redução conta-se a partir do início da laboração de pelo menos 90% da força de trabalho prevista, no âmbito da implementação do Projecto de Investimento.

3. Conforme a Pauta Aduaneira os equipamentos nela previstos poderão beneficiar da Isenção do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras, com excepção do imposto de selo e taxas devidas pela prestação de serviços,

sobre os bens e equipamentos, máquinas, viaturas pesadas e tecnológicas, acessórios e sobressalentes, nos termos do artigo 28º da acima citada lei.

CLÁUSULA 14.^a
(Definição das condições de exploração, gestão,
associação e prazos de implementação do Projecto)

1. A fábrica de Pré-fabricados de betão deve ser explorada e gerida pela «Betonor».
2. O Projecto de Investimento será implementado nos prazos previstos no cronograma que segue como Anexo I.

CLÁUSULA 15.^a
(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Compete à ANIP acompanhar a implementação do Projecto de Investimento, nos termos do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado.

2. Sempre que seja estritamente necessário para o cabal acompanhamento do Projecto de Investimento, a ANIP pode efectuar visitas à «Betonor» e à Fábrica de Pré-fabricados de Betão.

3. Para efeitos de certificação do requisito previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei do Investimento Privado, o Estado, deve receber, anualmente, da «Betonor», o relatório anual da sua certificação de contas donde conste a descrição do investimento efectuado no referido exercício e a sua alocação em investimento corpóreo da Fábrica de Pré-fabricados de Betão com uma componente tecnológica, assim como na actividade de investigação e desenvolvimento.

CLÁUSULA 16.^a
(Impacto económico e social do Projecto)

As Investidoras prevêm que a implementação do Projecto de Investimento tenha o seguinte impacto económico e social:

Um Valor Acrescentado Bruto correspondente a 179.417.21,00 USD;

Criação de 20 (vinte) postos de trabalhos para cidadãos nacionais e 1 (um) para expatriado.

CLÁUSULA 17.^a
(Impacto ambiental)

No quadro da implementação e desenvolvimento do Projecto, a Investidora deverá cumprir o estabelecido na Legislação ambiental em vigor.

CLÁUSULA 18.^a
(Força de trabalho e plano de formação profissional)

1. A Fábrica de Pré-fabricados de Betão prevê empregar o número de trabalhadores angolanos e garantir a sua formação profissional de acordo com o previsto no Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional e no Plano de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada junto como Anexo II.

2. As Investidoras comprometem-se a não discriminar os trabalhadores angolanos, nomeadamente no que respeita às respectivas condições de trabalho, incluindo, nomeadamente, remunerações, subsídios e indemnizações.

CLÁUSULA 19.ª
(Apoio Institucional do Estado)

- a) *ANIP* — quando possível auxiliar os investidores em relação ao Projecto de Investimento e conceder todas e quaisquer autorizações com o artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, relativo a contratos de assistência técnica estrangeira ou gestão a celebrar pela sociedade;
- b) *Ministério das Indústrias* — proceder à emissão das licenças necessárias ao exercício da actividade industrial e nos termos da legislação em vigor;
- c) *Ministério das Finanças* — DNI — conceder apoio para o licenciamento que se mostrar necessário no âmbito do Projecto;
- d) *Ministério do Comércio* — facilitar a emissão de alvará e licença de importação e exportação;
- e) *Ministério do Ambiente* — conceder apoio para o licenciamento que se mostrar necessário no âmbito do Projecto.

CLÁUSULA 20.ª
(Direitos e obrigações das Partes)

1. É garantido às Investidoras, em Angola, pelos princípios que enformam a ordem jurídica, política e económica angolana, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo, nos termos da Lei do Investimento Privado, nomeadamente:

- a) O acesso aos Tribunais para a defesa e protecção dos direitos;
- b) O direito de denúncia junto do Ministério Público de quaisquer irregularidades, ilegalidades e actos de improbidade em geral que atentem directa ou indirectamente contra os seus interesses económicos;
- c) O pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, caso os bens objecto do projecto de investimento sejam expropriados;
- d) A garantia do direito de propriedade industrial sobre toda a criação intelectual;
- e) Garantia dos direitos de posse, uso e aproveitamento titulado da terra, bem como sobre outros recursos dominiais;
- f) Não interferência pública na gestão das empresas privadas, excepto nos casos expressamente previstos na lei;
- g) Não cancelamento de licenças sem o respectivo processo administrativo ou judicial;
- h) O direito de importação directa de bens do exterior e a exportação autónoma de produtos produzidos pelos investidores;

i) Se, após a Data Efectiva a Lei Aplicável for alterada, aprovada uma nova lei e/ou adoptada qualquer medida administrativa que, de modo desfavorável, afecte ou possa afectar os direitos de qualquer das partes, as mesmas acordam em renegociar os termos e condições do Contrato de Investimento para garantir a protecção dos tais direitos podendo, em alternativa as Investidoras, querendo, optar pela sua resolução. Se a renegociação fracassar, as partes poderão optar, querendo, por reclamar os prejuízos em que incorreram e/ou pela resolução do Contrato de Investimento.

2. As Investidoras são obrigadas a respeitar a Lei do Investimento Privado e demais legislação aplicável e regulamentos em vigor na República de Angola, bem como os compromissos contratuais, sujeitando-se às penalidades neles definidos.

3. As Investidoras são, em especial, obrigadas a respeitar os seus deveres específicos, previsto no artigo 24.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 21.ª
(Lei aplicável)

O presente Contrato de Investimento rege-se pela Lei Angolana em geral e pela Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado, que estabelece as bases gerais do Investimento Privado em Angola.

CLÁUSULA 22.ª
(Incumprimento e sanções)

1. Constitui infracção o incumprimento doloso ou culposos das obrigações legais a que as Investidoras estão sujeitas nos termos da lei, nomeadamente as constantes das alíneas a) a g) do artigo 84.º da Lei do Investimento Privado.

2. As infracções mencionadas no número anterior estão sujeitas as sanções estipuladas no artigo 86.º da Lei do Investimento Privado, sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei.

3. As competências e procedimentos inerentes a aplicação e recursos sobre as sanções são os estabelecidos nos artigos 87.º e 88.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 23.ª
(Resolução de conflitos)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e as Investidoras Privadas será submetido a arbitragem, nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo, pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os

árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro que desempenhará a função de Presidente do Tribunal Arbitral, cooptado por aqueles.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecoríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 24.^a

(Língua do Contrato e exemplares)

O presente Contrato de Investimento foi redigido em língua portuguesa e assinado em 4 (quatro) exemplares originais, um exemplar para cada uma das partes e outro para a Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 25.^a

(Acordo integral, anexos e comunicações)

1. O Contrato de Investimento, os seus Anexos e o CRIP contêm todos os direitos e obrigações assumidas pelas Partes no âmbito do Projecto de Investimento e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, de sentido diverso. Havendo contradições entre os termos de Contrato de Investimento e do CRIP, prevalece as cláusulas do primeiro.

2. Constituem Anexos ao presente Contrato de Investimento os seguintes:

Cronograma de execução e implementação do Projecto (Anexo I);

Planos de Formação de Trabalhadores Nacionais e de substituição gradual de trabalhadores expatriados por trabalhadores nacionais (Anexos II e III).

3. Todas as notificações ou comunicações efectuadas entre as Partes ao abrigo deste Contrato de Investimento

devem ser entregues pessoalmente, por correio postal, E-mail ou fax desde que provido da confirmação por escrito de transmissão completa para os seguintes endereços, E-mails ou números de fax:

Estado (representado pela ANIP):

Morada: Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, Luanda-Angola;

Fax: +244 222 393 381;

Email: geral@anip.co.ao

Investidoras: «Elecnor, S.A.»:

Morada: Campo INEF Maristas, Estrada de Calete, sem número, Luanda-Angola.

Fax: +244 222 261 606;

E-mail: jltato@elecnor.com

«Grupo Sopromil»:

Morada: Rua Comandante Eurico, n.º 21 Bairro do Cruzeiro, em Luanda

Fax: +244 923 618 870

Email: manuel.livongue@gmail.com

4. Qualquer alteração aos endereços acima referidos tem de ser comunicada, por escrito, às restantes Partes do presente Contrato de Investimento, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias em relação à data em que a alteração produzir efeitos.

5. As comunicações ao abrigo do presente Contrato de Investimento serão efectuadas por carta, E-mail ou fax e terão-se por realizadas no dia da sua entrega, ou no dia útil seguinte, caso o dia da entrega não seja Dia Útil.

Tendo as Partes acordado no disposto no presente Contrato de Investimento, os seus representantes autorizados rubricaram e assinaram o mesmo, em Luanda, aos 18 de Julho de 2014.

Em representação da República de Angola, Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pela «Elecnor, S.A.», *Javier López Tato*.

Pelo «Grupo Sopromil», *Manuel Livongue*.

[illegible]

(3.1) COMPLETOS NO PARECER DOS NÚCLEOS

Números em vermelho indicam o tempo para incorporação do trabalhador (Expatriado ou Nacional) para a fábrica.

(1) Para a formação dos Técnicos e dos operadores especializados e não Especializados) Nacionais está prevista a entrada progressiva e a presença de um Técnico Expatriado por um período de aproximadamente 3 (três) meses prorrogáveis para treinamento de toda a mão-de-obra local na arte de fazer postes de betão. Também o Técnico Superior, director de Fábrica, realizam trabalho de formação da mão-de-obra local.

(2) Como você pode ver no gráfico anterior, apenas facultou a presença de 1 Técnico Médio Expatriado por um período aproximado de 3 (três) meses para formação de toda a mão-de-obra local na arte de fazer postes de betão.

Em representação da República de Angola, Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pela «Elecnor, S.A.», *Javier López Tato*.

Pelo «Grupo Sopromil», *Manuel Livongue*.

Resolução n.º 90/14 de 27 de Outubro

Considerando que, «Consolidated Infrastructure Group — Angola I», pessoa colectiva, constituída ao abrigo das Leis da República das Maurícias, Investidor Externo, entidade não residente cambial, registada sob o n.º 112730 C1/GBL, com sede social em Kross Border Corporate Services Limited, St. Louis Business Center, Cnr, Desroches & St. Louis Streets, Port Luis; e

«WANGO Holdings Ltd», pessoa colectiva, constituída ao abrigo das Leis das Maurícias, Investidor Externo, entidade não residente cambial, registada sob o n.º 112385 C2/GBL e com sede social em C/O Intercontinental Trust Limited, Level 3, Alexander House, 35, Cybercity, Ebene, Maurícias, apresentam ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de investimento externo, de aquisição de participação social, correspondente a 48% do capital social da sociedade de Direito Angolano denominada «Angola Environmental Serviços, Limitada», cuja actividade principal é a prestação de serviços à indústria petrolífera, nomeadamente, o tratamento e reciclagem de resíduos, aparas de perfuração;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento do Projecto denominado «Angola Environmental Serviços, Limitada», no valor global de USD 9.650.000,00 (nove milhões, seiscentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 18 de Junho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO ANGOLA ENVIRONMENTAL SERVIÇOS, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

A República de Angola, representada pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto (doravante designados, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»);

«Consolidated Infrastructure Group — Angola I», pessoa colectiva constituída ao abrigo das Leis da República das Maurícias, Investidora Externa, entidade não residente cambial, registada sob o n.º 112730 C1/GBL, com sede em Kross Border Corporate Services Limited, St. Louis Business Center, Cnr, Desroches & St. Louis Streets, Port Luis, Maurícias, neste acto representado por *Miguel de Andrade Sobral dos Santos*, doravante designada por «CIG»;

E

«WANGO Holdings Ltd», pessoa colectiva constituída ao abrigo das Leis das Maurícias, Investidora Externa, entidade não residente cambial, registada sob o n.º 112385 C2/GBL e com sede em C/O Intercontinental Trust Limited, Level 3, Alexander House, 35, Cybercity, Ebene, Maurícias, neste acto representado por *Miguel de Andrade Sobral dos Santos*, doravante designada por «WANGO».

(«CIG» e «WANGO» serão doravante designados conjuntamente por «Investidores Privados»)

Considerando que:

- a) Os Investidores Privados, na qualidade de investidores externos tal como definido na alínea g) do artigo 2.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio («Lei do Investimento Privado») pretendem investir na República de Angola, o montante global de USD 9.650.000 (nove milhões seiscentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), através da aquisição de participações sociais e capitalização da sociedade de Direito Angolano denominada «Angola Environmental Serviços, Limitada», melhor identificada no n.º 2 da Cláusula 2.ª do Contrato;
- b) O Investimento irá potenciar a criação de postos de trabalho para trabalhadores nacionais, promover a formação elevando a qualificação da mão-de-obra angolana;
- c) O Estado pretende atrair e estimular a realização de Investimentos na República de Angola, especialmente aqueles que contribuam decisivamente para o desenvolvimento económico e social do País e do bem-estar em geral da população, tendo, para o efeito, criado instrumentos legislativos de protecção e apoio ao Investimento Privado, em especial a Lei do Investimento Privado;
- d) O projecto de investimento que se pretende levar a cabo enquadra-se na política do Governo do Estado, na linha de acção defendida e executada pela ANIP, enquanto órgão público responsável pela promoção activa do investimento privado;
- e) Os Investidores Privados pretendem gozar da protecção e do apoio concedido pelo Estado aos investimentos privados na República de Angola, sendo, por sua vez, interesse do Estado apoiar o Projecto de Investimento dos Investidores Privados, concedendo-lhe as garantias previstos por lei.

É, nos termos do artigo 51.º e seguintes da Lei do Investimento Privado, celebrado o presente Contrato de Investimento Privado («Contrato»), de acordo com os considerandos supra e o previsto nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato, e salvo se do seu contexto claramente resultar sentido diverso, o significado e as regras de interpretação das expressões utilizadas no pre-

sente Contrato, sempre que iniciadas com letra maiúscula terão o significado que a seguir lhes é atribuído:

- a) *Anexos*: — significa os documentos complementares e/ou auxiliares ao presente Contrato e que dele fazem parte integrante, os quais estão referenciados na Cláusula 2.ª do Contrato, excluindo os considerandos;
- b) *Cláusulas*: — significa as disposições deste Contrato;
- c) *Contrato*: — significa o presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus Anexos;
- d) *CRIP*: — significa o «Certificado de Registo de Investimento Privado» previsto no artigo 61.º da Lei do Investimento Privado;
- e) *Estudo de Viabilidade*: — significa o estudo demonstrativo do impacto económico e social do Projecto de Investimento, previsto no artigo 54.º, da Lei do Investimento Privado;
- f) *Lei Aplicável*: — significa todo e qualquer instrumento legislativo do Estado, nomeadamente a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei do Investimento Privado, aplicável ao Projecto de Investimento e/ou à Investidores Privados;
- g) *Lei do Investimento Privado*: — significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;
- h) *Plano de Recrutamento e Formação*: — significa o plano de formação previsto no n.º 3 artigo 2.º da Lei do Investimento Privado; e
- i) *Sociedade*: — significa a sociedade denominada «Angola Environmental Serviços, Limitada», com sede social em Luanda, na Base Social Rua 6-IL Boavista, Luanda, República de Angola, com um capital social de Kz: 408.400.000,00 (quatrocentos e oito milhões e quatrocentos mil kwanzas), na qual os Investidores Privados se inscreveram e subscrever participações sociais.

2. Para além das definições supra reproduzidas, sempre que o Contrato utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas terão o significado previsto nessa lei.

3. Em caso de alteração, total ou parcial, do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as partes acordam que as definições incorporadas no presente Contrato, por força desta cláusula, terão o significado que lhe é atribuído pela Lei do Investimento Privado na Data Efectiva.

4. O significado das definições previstas no n.º 1 e reproduzidas no n.º 2 da presente cláusula será sempre o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, quer encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza administrativa e objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa.

2. Constitui objecto do Contrato de Investimento a aquisição de participações sociais, por parte dos Investidores Privados da sociedade comercial de Direito Angolano denominada «Angola Environmental Serviços, Limitada» (aqui em diante abreviadamente designada por «AES»), da seguinte forma:

- a) A «CIG» irá adquirir uma participação social com o valor nominal de Kz: 124.562.000,00 (cento e vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil kwanzas), equivalente a 30,5% (trinta vírgula cinco por cento) do capital social da «AES»;
- b) A «WANGO» irá adquirir uma participação social com o valor nominal de Kz: 71.470.000,00 (setenta e um milhões e quatrocentos e setenta mil kwanzas), equivalente a 17,5% (dezassete vírgula cinco por cento) do capital social da «AES»;

3. A actividade da «AES» consiste na prestação de serviços à indústria petrolífera, nomeadamente, o tratamento e reciclagem de resíduos e aparas de perfuração (drill cuttings).

CLÁUSULA 3.ª

(Localização geográfica do Investimento e regime jurídico dos bens)

1. O Projecto de Investimento terá a sua implementação na Província do Zaire (Soyo), na Base Kwanda — Área de Desenvolvimento C.

2. Os bens jurídicos dos Investidores Privados integrados no Projecto de Investimento estão sob o regime jurídico da propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo de vigência e entrada em vigor)

1. O Contrato tem início na data de assinatura do presente Contrato e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos a serem atingidos pelo Projecto de Investimento)

1. Nos termos da Cláusula 2.ª supra, os Investidores Privados têm como objectivo:

- a) Adquirir participações sociais na Sociedade equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) do capital social da «AES».
- b) Incentivar o crescimento da economia Angolana;
- c) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores angolanos e elevar a qualificação da mão-de-obra dos trabalhadores angolanos;
- d) Promover o bem-estar económico e social das populações.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante de Investimento)

1. O montante total do Projecto de Investimento é de USD 9.650.000,00 (nove milhões, seiscentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. O montante do Projecto de Investimento poderá ser objecto de aumento, conforme previsto no artigo 78.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento)

1. Nos termos do presente Contrato de Investimento, os Investidores Privados realizarão as seguintes operações de Investimento Privado Externo:

- a) Introdução no território nacional de moeda livremente conversível, nos termos da alínea a) do artigo 12.º, Lei do Investimento Privado;
- b) Aquisição de participações sociais em sociedades e empresas de direito angolanas domiciliadas em território nacional, nos termos da alínea g) do artigo 12.º, Lei do Investimento Privado.

2. Não são considerados investimentos externos as operações que consistam no afretamento de equipamentos, aluguer e leasing ou qualquer outra forma de uso temporário do equipamento em território nacional.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de realização e aplicação do Investimento Privado)

1. O Projecto de Investimento será realizado da seguinte forma:

- a) USD 6.750.000,00, através de transferência de fundos do exterior, pelo Investidor Externo «CIG»;
- b) USD 2.990.000,00, através de transferência de fundos do exterior, pelo Investidor Externo «WANGO».

2. O montante acima indicado será aplicado da seguinte forma:

- a) USD 6.750.000,00, para aquisição das participações sociais (48%); e
- b) USD 3.475.000,00, para capitalização da sociedade «AES» para as seguintes finalidades:
Edifícios e instalações: USD 1.463.000,00;
Equipamentos industriais: USD 1.177.000,00;
Veículos: USD 120.000,00; e
Outros Imobilizados corpóreos: USD 115.000,00

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de financiamento do Projecto)

O Projecto de Investimento será integralmente financiado através de fundos próprios dos Investidores Privados, nos seguintes termos:

- a) O Investidor Externo «CIG» irá proceder a um investimento de USD 6.750.000,00 (seis milhões

setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) destinados a:

- i. Aquisição das participações sociais na Sociedade;
 - ii. Capitalização da sociedade «AES».
- b) O Investidor Externo «WANGO» irá proceder a um investimento de USD 2.990.000,00 (dois milhões novecentos e noventa mil dólares dos Estados Unidos da América) destinados a adquirir a participação social na AES.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. O Projecto de Investimento será implementado de acordo com o cronograma de implementação constante do Anexo I ao presente Contrato, nos seguintes termos:

- a) Importação dos fundos para Angola, 3.º Trimestre de 2014;
- b) Aquisição das quotas (48%) na sociedade, 3.º Trimestre de 2014;
- c) Construção e instalação da estação do Soyo, 1.º Trimestre de 2015;
- d) Testes e início de operações, 2.º e 3.º Trimestres de 2015.

2. O Projecto de Investimento consistirá numa estação de gestão e tratamento de aparas de perfuração com capacidade de tratamento de 150 toneladas diárias, permitindo recuperar os óleos presentes nas aparas para sua reutilização.

CLÁUSULA 11.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos lucros e dividendos)

1. O Projecto de Investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola e às regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. De acordo com o disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei do Investimento Privado e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação cambial aplicável, é garantido ao investidor externo o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos aos Investidores Privados, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital social da sociedade, na seguinte proporção:
 - (i) O Investidor Privado «CIG» irá repatriar os dividendos ou lucros na proporção da sua participação social na Sociedade (30, 5%); e

(ii) O Investidor Privado «WANGO» irá repatriar os dividendos ou lucros na proporção da sua participação social na Sociedade (17,5%);

b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;

c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas com dedução dos respectivos impostos, nos termos da Lei do Investimento Privado, constante do Anexo I ao presente Contrato.

3. Os Investidores Privados terão direito de início do repatriamento dos lucros depois de transcorridos 3 (três) anos a contar da data de implementação efectiva do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 12.ª

(Definições das condições de exploração e gestão)

A gestão do projecto será efectuada pela sociedade comercial «Angola Environmental Serviços Limitada», em estrita conformidade com as condições de autorização previstas neste Contrato e nos termos do Estudo de Viabilidade.

CLÁUSULA 13.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento e realização dos investimentos preconizados a serem efectuados pela ANIP, no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os Órgãos do Governo procederão, nos termos da forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial concernente ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. Os Investidores Privados deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização da sua actividade e fornecer todos os dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra.

3. Os técnicos da ANIP, devidamente credenciados, terão o direito de visitar o local ou locais de operações, aderentes ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

4. No quadro do desenvolvimento do Projecto de Investimento autorizado a ANIP e em conformidade com a Lei do Investimento Privado deverá autorizar: (i) os aumentos de capitais para o investimento, (ii) os aumentos de participação social da sociedade, bem como (iii) as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização.

5. De acordo com o Cronograma de Implementação do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de investimento, os Investidores Privados, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, deverão elaborar e apresentar à ANIP relatórios

durante o período de investimento e durante o período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

6. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

7. Todas as notificações ou comunicações efectuadas ao abrigo do presente Contrato de Investimento só serão válidas se forem feitas por escrito e enviadas para os seguintes endereços.

Estado, representado pela ANIP:

Endereço: Rua Serqueira Lukoki, n.º 25, 9.º Andar,

Edifício do Ministério da Indústria;

Telefone: +244 222 391 434 / 331 252

E-mail: geral@anip.co.ao

«CIG»: Nuno de Miranda Catanas

Endereço: Rua Kwamme Nkrumah, 256, Ingombota

Telefone: +244 925 372 588

E-mail: nuno.catanas@mcjurist.com

«WANGO»: Nuno de Miranda Catanas

Endereço: Rua Kwamme Nkrumah, 256, Ingombota

Telefone: +244 925 372 588

E-mail: nuno.catanas@mcjurist.com

8. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto económico e social do Projecto de Investimento)

As Partes acordam que o Projecto de Investimento terá o impacto económico descrito no Estudo de Viabilidade e Impacto Económico e Financeiro e inclui:

- Incentivar o crescimento da economia angolana;
- Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores angolanos (454 postos de trabalho);
- Elevar ao grau de qualificação de mão-de-obra angolana;
- Aumentar a capacidade produtiva nacional no sector em que o Projecto de Investimento se insere;
- Promover as regiões mais desfavorecidas, sobretudo no interior do País (Província do Zaire);
- Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte ambiental)

Os Investidores Privados obrigam-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com a Lei do Investimento Privado e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- Salvaguarda do meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- Permissão que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação, dos equipamentos nas instalações;
- Construção de uma estação de águas residuais que assegure o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos; e
- Notificar o Ministério do Ambiente de quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

CLÁUSULA 16.ª

(Força de Trabalho e Plano de Formação Profissional)

1. Com a implementação do Projecto de Investimento, prevê-se a criação de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) postos de trabalho directos.

2. Como resulta do Plano de Recrutamento e Formação de Pessoal, a força de trabalho directamente afecta ao Projecto de Investimento será distribuída, nos seguintes termos:

- 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro) postos de trabalho para nacionais;
- 1 (um) posto de trabalho para estrangeiro.

3. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recrutamento e Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada a:

- Promover a formação contínua dos trabalhadores nacionais;
- Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente os descontos de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- Assegurar que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores; e

- e) O cumprimento do plano de formação, capacitação da força de trabalho nacional e substituição gradual da força de trabalho estrangeira pela nacional.

4. Os Investidores Privados têm como objectivo proporcionar formação intensiva e transmissão de *know-how* aos técnicos nacionais.

CLÁUSULA 17.^a

(Apoio Institucional do Estado)

O Estado Angolano, através de cada uma das instituições públicas a seguir indicadas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio-económico do Projecto, compromete-se institucionalmente no seguinte:

- a) *BNA* — Departamento de Controlo Cambial — Emitir as licenças de importação dos capitais autorizados;
- b) *ANIP* — Agência Nacional para o Investimento Privado — Prestar apoio institucional, sempre que o Investidor pretenda recorrer aos sectores da Administração Pública e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão do Projecto;
- c) *Ministério do Trabalho e Segurança Social* — supervisão das acções de recrutamento e formação de técnicos nacionais; e
- d) *Ministério do Ambiente* — Apoiar os investidores no encontro de soluções adequadas para a prevenção de ocorrências anormais que possam prejudicar o meio ambiente, produzindo sempre que necessário recomendações de modo que a actividade do projecto decorra em estrita consonância com a Lei de Bases do Ambiente.

CLÁUSULA 18.^a

(Direitos dos Investidores)

1. Os Investidores Privados obrigam-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submete-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas, nomeadamente:

- a) Respeitar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Aplicar o plano de contas e as regras da contabilidade estabelecidas no País;
- c) Promover a formação da mão-de-obra nacional e a angolanização a nível das chefias e quadros nacionais.

2. Sem prejuízo dos direitos estabelecidos no presente Contrato e na lei, os Investidores Privados gozarão do direito à total protecção e respeito pelo sigilo profissional bancário e comercial.

CLÁUSULA 19.^a

(Estabilidade económica do Projecto)

1. O disposto no presente Contrato foi estabelecido sobre base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que implique uma modificação do equilíbrio contratual existente, as partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentarem qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referidas no número anterior, as partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio contratual.

3. No caso de os bens objecto de Investimento Privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegurará o pagamento de uma indemnização justa, cujo montante será determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 20.^a

(Lei Aplicável)

A lei aplicável ao presente Contrato é a Lei Angolana.

CLÁUSULA 21.^a

(Infracções e sanções)

1. No âmbito deste Contrato, sem prejuízo do disposto em outros Diplomas, em matéria de Investimento Privado, constituem infracções os seguintes actos:

- a) Uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou da não realização do investimento;
- c) A prática de actos de comércio fora do âmbito autorizado pelo presente Contrato;
- d) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou associação esteja sujeita, designadamente de carácter fiscal; e
- e) A não execução das acções de formação ou substituição de trabalhadores expatriados.

nacionais nas condições e prazos estabelecidos no presente Contrato.

2. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei, as transgressões previstas no número anterior são passíveis das seguintes sanções:

- a) Multa, correspondente em Kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 a USD 500.000,00, sendo o mínimo e os máximos elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda das isenções e incentivos fiscais e outras facilidades concedidas; e
- c) Revogação da autorização do investimento.

3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções são as estabelecidas nos artigos 87.º e 88.º, ambos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 22.ª
(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e os Investidores Privados serão submetidos à arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo (s) demandante (s), o segundo, pelo (s) demandado (s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo (s) demandante (s) e demandado (s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro será designado nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Soyo, Angola, e decidirá segundo a lei angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral serão finais, vinculativas e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 23.ª
(Língua do Contrato e exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos contratuais, descritos na Cláusula 24.ª assim como toda a documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da sua execução, deverão estar em língua portuguesa.

2. Caso qualquer uma das Partes produza ou invoque algum documento em língua estrangeira, este só será eficaz se traduzido para língua portuguesa, sem prejuízo de, em caso de litígio ou dúvida, prevalecer o conteúdo do documento original sobre a tradução.

3. O presente Contrato é feito em 5 (cinco) exemplares, ficando cada uma das partes com um exemplar.

CLÁUSULA 24.ª
(Anexos ao Contrato)

São partes integrantes do Contrato os seguintes documentos:

- I. Cronograma de Implementação do Projecto — Anexo I;
- II. Plano de substituição da força de trabalho expatriada — Anexo II; e
- III. Plano de formação da força de trabalho nacional — Anexo III.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — Presidente do Conselho de Administração.

Em representação da «CIG», *Miguel de Andrade Sobral dos Santos*.

Em representação da «WANGO», *Miguel de Andrade Sobral dos Santos*.

ANEXO I
Cronograma de Implementação do Projecto

Acções a executar	Ano/Mês 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
Processo ANIP	2.º/3.º Trimestre 2014					
Importação dos Fundos para Angola	4.º Trimestre 2014					
Aquisição das Quotas	4.º Trimestre 2014					
Implementação de Medidas para a Expansão para o Soyo		1.º Trimestre 2015				
Início das Atividades nas Novas Instalações do Soyo		2.º/3.º Trimestre 2015				

ANEXO II
Substituição Gradual da Força de Trabalho Expatriada
 (n.ºs 2 e 3 artigo 72.º da Lei n.º 20/05, de 20 de Maio)

Categoria	Ano — 1			Ano — 2			Ano — 3			Ano — 4	
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros
Direcção	2	1	3	2	1	3	2	1	3	2	1
Técnicos Superiores	53	0	53	56	0	56	57	0	57	58	0
Técnicos Médios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0
Administrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Operários Especializados	298	0	298	353	0	353	366	0	366	454	0
Operários não Especializados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ANEXO III
Plano de Formação de Mão-de-Obra Nacional
 (n.ºs 2 e 3 artigo 72.º da Lei n.º 20/05, de 20 de Maio)

N.º/O	Categorias	Número de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local da Formação	Tempo de Formação	Duração		Custo da Formação
							Início	Fim	
	Direcção	2	Assistente Executivo de Direcção	Teórica e Prática	Luanda, Angola	1 Ano	Ano 2/Mês 1	— 12	USD 31.500,00
	Técnicos Superiores	56	Assistente Executivo de Direcção	Teórica e Prática	Luanda, Angola	1 Ano	Ano 2/Mês 1	— 12	USD 715.000,00
	Operários Especializados	353	Técnicos de Operações	Teórica e Prática	Luanda, Angola	1 Ano	Ano 2/Mês 1	— 12	USD 94.500,00

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*,
 Presidente do Conselho de Administração.

Em representação da «CIG», *Miguel de Andrade Sobral dos Santos*.

Em representação da «WANGO», *Miguel de Andrade Sobral dos Santos*.

Resolução n.º 91/14
 de 27 de Outubro

Considerando que a sociedade Jalf Bloc Ltd, pessoa colectiva constituída e existente nos termos das leis da República das Maurícias, investidora externa, não residente cambial, registada sob o n.º 119408 C2/GBL, com sede em Kross Border Corporate Services Limited, St. Louis Business Center, Cnr, Desroches & St. Louis Streets, Port Louis, República das Maurícias, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), uma Proposta de Investimento de capital externo, a realizar na República de Angola;

Considerando que, no âmbito desta Proposta, a investidora externa pretende adquirir 99% (noventa e nove por cento) do capital social da sociedade comercial de direito angolano denominada Betabloco, Limitada, cuja actividade principal consiste no fabrico de blocos de cimento para a construção civil.

Considerando ainda que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de inves-

timentos que visam o desenvolvimento industrial do País, a criação de emprego e contribuam para a diversificação da economia nacional;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/01, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da ANIP emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento de Projecto denominado «Betabloco, Limitada» no valor de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) no Regime Contratual Único.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 18 de Julho de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO «BETABLOCOS, LIMITADA»

Contrato de Investimento Privado

Entre:
República de Angola, representada pela Agência Nacional para o Investimento Privado, com sede na Rua Cerqueira e Melo, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o efeito (doravante designados, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»);

E
Half Bloc Ltd, sociedade constituída e existente nos termos das leis da República das Ilhas Maurícias, Investidor Externo, não residente cambial, registada sob o n.º 119408 CBGL, com sede em Kross Border Corporate Services Limited, St. Louis Business Center, Cnr, Desroches & St. Louis Streets, Port Luis, Maurícias, neste acto representado por Nuno de Miranda Catanas, doravante designada por «Investidor Privado».

Considerando que:

- O Investidor Privado, na qualidade de investidor externo tal como definido na alínea g) do artigo 2.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio («Lei do Investimento Privado») pretende investir na República de Angola, o montante global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), através da aquisição de uma participação social e capitalização da sociedade de direito angolano denominada «Betablocos, Limitada», melhor identificada na alínea i) da Cláusula 1.ª do presente Contrato;
- O investimento irá potenciar a criação de postos de trabalho para trabalhadores nacionais, promover a formação elevando a qualificação da mão-de-obra angolana, bem como, obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- O Estado pretende atrair e estimular a realização de investimentos na República de Angola, especialmente aqueles que contribuam decisivamente para o desenvolvimento económico e social do País e do bem-estar em geral da população, tendo, para o efeito, criado instrumentos legislativos de protecção e apoio ao investimento privado, em especial a Lei do Investimento Privado;

- O projecto de investimento que se pretende levar a cabo enquadra-se na política do Governo do Estado, na linha de acção defendida e executada pela ANIP, enquanto órgão público responsável pela promoção activa do investimento privado;
- O Investidor Privado pretende gozar da protecção e do apoio concedido pelo Estado aos investimentos privados na República de Angola, sendo, por sua vez, interesse do Estado apoiar o projecto de investimento dos Investidores Privados, concedendo-lhe as garantias e os incentivos previstos por lei.

É, nos termos do artigo 51.º e seguintes da Lei do Investimento Privado, celebrado o presente Contrato de Investimento Privado («Contrato»), de acordo com os Considerandos supra e o previsto nas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato, e salvo se do seu contexto claramente resultar sentido diverso, o significado e as regras de interpretação das expressões utilizadas neste contrato, sempre que iniciadas com letra maiúscula, terão o significado que a seguir lhes é atribuído:

- Anexos*: — significa os documentos complementares e/ou auxiliares ao presente Contrato de Investimento e que dele fazem parte integrante, os quais estão referenciados na Cláusula 25.ª;
- Cláusulas*: — significa as disposições deste Contrato, excluindo os considerandos;
- Contrato*: — significa o presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus Anexos;
- CRIP*: — significa o «Certificado de Registo de Investimento Privado» previsto no artigo 64.º da Lei do Investimento Privado;
- Estudo de Viabilidade*: — significa o estudo demonstrativo do impacto económico e social do Projecto de Investimento, previsto no n.º 2 do artigo 54.º, da Lei do Investimento Privado;
- Lei Aplicável*: significa todo e qualquer instrumento legislativo do Estado, nomeadamente a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei do Investimento Privado, aplicável ao Projecto de Investimento e/ou ao Investidor Privado;
- Lei do Investimento Privado*: significa a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

h) *Plano de Recrutamento e Formação*: significa o plano de formação previsto no n.º 3 artigo 72.º da Lei do Investimento Privado; e

i) *Sociedade*: — significa a sociedade denominada «Betablocos, Limitada», com sede em Luanda, em, Luanda, Rua da Fundo do Morro, Bairro Macedónia, Comuna do Kifangongo, Município do Cacuo, República de Angola, com um capital social de Kz: 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil kwanzas).

2. Para além das definições supra reproduzidas, sempre que o Contrato utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas terão o significado previsto nessa lei.

3. Em caso de alteração, total ou parcial, do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as partes acordam que as definições incorporadas no presente Contrato, por força desta Cláusula, terão o significado que lhe é atribuído pela Lei do Investimento Privado na Data Efectiva.

4. O significado das definições previstas no n.º 1 e referidas no n.º 2 da presente cláusula será sempre o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza Administrativa e Objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa.

2. Constitui objecto do Contrato de Investimento a aquisição de uma participação social correspondente a 99% (noventa e nove por cento) do capital social da sociedade comercial de direito angolano denominada «Betablocos, Limitada» (daqui em diante abreviadamente designada por «Betablocos») cuja actividade principal consiste no fabrico de blocos de cimento para a construção civil.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização Geográfica do Investimento e Regime Jurídico dos Bens dos Investidores Privados)

1. O Projecto de Investimento terá a sua implementação na Província de Luanda, Município do Cacuo, Comuna do Kifangongo, Bairro Macedónia, Rua do Fundo do Morro — Área de Desenvolvimento A.

2. Os bens jurídicos do Investidor Privado integrados no Projecto de Investimento estão sob o regime jurídico da propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo de Vigência e Entrada em Vigor)

O Contrato tem o seu início na data da assinatura e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos a serem atingidos pelo Projecto de Investimento)

Nos termos da Cláusula 2.ª supra, o Investidor Privado tem como objectivos:

- Adquirir uma participação social na Sociedade Betablocos equivalente a 99% (noventa e nove por cento) do capital social;
- Incentivar o crescimento da economia angolana;
- Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores angolanos e elevar a qualificação da mão-de-obra dos trabalhadores angolanos;
- Proporcionar parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;
- Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva; e,
- Promover o bem-estar económico e social das populações.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante de Investimento)

1. O montante total do Investimento é de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

2. O Investidor no quadro do desenvolvimento do projecto e das necessidades do mercado poderá, nos termos da lei, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do investimento, com vista a realização com êxito das suas actividades.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento)

Nos termos do presente Contrato de Investimento, o Investidor Privado realizará as seguintes operações de investimento privado externo:

- Introdução no território nacional de moeda estrangeira convertível (artigo 12.º, alínea a) da Lei do Investimento Privado); e
- Aquisição de participação social em sociedade de direito angolano, domiciliada em território nacional (artigo 12.º alínea g) da Lei do Investimento Privado).

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de Realização e Aplicação do Investimento Privado)

1. O Projecto de Investimento será realizado através da transferência do exterior de fundos próprios do Investidor Privado no valor de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos EUA).

2. O montante acima indicado será aplicado da seguinte forma:

- USD 500.000,00 para aquisição da participação social (99%); e
- USD 500.000,00 para capitalização da sociedade Betablocos.

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de Financiamento do Projecto)

O Projecto de Investimento será integralmente financiado através de fundos próprios do Investidor Privado.

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de Implementação e Desenvolvimento do Projecto)

O Projecto de Investimento será implementado de acordo com o Cronograma de Implementação constante do Anexo I do presente Contrato.

CLÁUSULA 11.ª

(Termos da Proporção e Graduação Percentual do Repatriamento dos Lucros e Dividendos)

1. O Projecto de Investimento ficará sujeito à legislação em vigor na República de Angola e às regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. De acordo com o disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei do Investimento Privado e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação camil aplicável, é garantido ao investidor externo o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital social da sociedade, na proporção da sua participação social (99%);
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei do Investimento Privado, constituam investimento privado;
- d) O Investidor Privado só terá o direito de iniciar o repatriamento dos lucros, depois de transcorridos 3 (três) anos a contar da data de implementação efectiva do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 12.ª

(Definições das Condições de Exploração e Gestão)

A gestão do projecto será efectuada pela sociedade comercial BETABLOCOS, em estrita conformidade com as condições de autorização prevista neste Contrato e nos termos do Estudo de Viabilidade.

CLÁUSULA 13.ª

(Mecanismos de Acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados a serem efectuados pela ANIP, no quadro do disposto na Lei do Investimento

Privado, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O Investidor Privado deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra.

3. Os técnicos da ANIP, devidamente credenciados, terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

4. No quadro do desenvolvimento do Projecto de Investimento autorizado, a ANIP, em conformidade com a Lei do Investimento Privado deverá autorizar (i) o alargamento do objecto da sociedade veículo do projecto, (ii) os aumentos de capitais para o investimento, (iii) os aumentos de capital social da sociedade, bem como (iv) as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização.

5. De acordo com o Cronograma de Implementação do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, O Investidor Privado, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, deverá elaborar e apresentar relatórios à ANIP, durante o período de investimento e durante o período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

6. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

7. Todas as notificações ou comunicações efectuadas ao abrigo do presente Contrato de Investimento só serão válidas se forem feitas por escrito e enviadas para os seguintes endereços:

Estado, Representado Pela ANIP:

Endereço: Rua Serqueira Lukoki, n.º 25, 9.º Andar,
Edifício do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria;
Telefone: +244222391434/331252; e E-mail: geral@anip.co.ao

Betablocos: Nuno de Miranda Catanas

Endereço: Rua Kwamme Nkrumah, 256, Ingombota
Telefone: +244925372588
E-mail: nuno.catanas@mcjurist.com

8. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto Económico e Social do Projecto de Investimento)

1. O Projecto de Investimento terá o impacto económico e social descrito no Estudo de Viabilidade, que constitui o documento reitor do presente Contrato e que tem por base a realidade social e económica nacional existente à data da sua elaboração.

2. Nos termos e condições acordados entre o Investidor e o Estado, estima-se que o Projecto terá o seguinte impacto económico e social:

- a) Criação de 50 (cinquenta) novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais;
- b) Elevação do grau de qualificação da mão-de-obra angolana;
- c) Aumento da capacidade produtiva nacional no sector em que o Projecto de Investimento se insere.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte Ambiental)

O Investidor Privado obriga-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com a Lei de Bases do Ambiente n.º 5/98, de 19 de Junho de 1998, do Decreto 51/04, de 23 de Julho de 2004, Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda do meio ambiente em matérias de ruídos, gases, fumos, poeiras, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permissão para que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades industriais a desenvolver, dos equipamentos e das respectivas instalações;
- c) Notificar o Ministério do Ambiente sobre quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o meio ambiente.

CLÁUSULA 16.ª

(Força de Trabalho e Plano de Formação Profissional)

1. O Projecto na fase de execução e operação irá empregar 156 (cinquenta e seis) trabalhadores.

2. Como resulta do Plano de Recrutamento e Formação de Pessoal, a força de trabalho afecta ao Projecto de Investimento será distribuída, nos seguintes termos:

- a) 150 (cento e cinquenta) postos de trabalho para nacionais.
- b) 6 (seis) postos de trabalho para estrangeiros.

3. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recrutamento e Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada a:

- a) Promover a formação contínua dos trabalhadores nacionais;
- b) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- c) Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente, que respeita aos descontos do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e ao pagamento das contribuições para a Segurança Social, celebração de contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- d) Assegurar que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores; e
- e) O cumprimento do plano de formação, capacitação da força de trabalho nacional e substituição gradual da força de trabalho estrangeira por nacional.

4. O Investidor Privado tem como objectivo proporcionar formação intensiva e transmissão de know-how aos técnicos nacionais.

CLÁUSULA 17.ª

(Apoio Institucional do Estado)

As instituições públicas angolanas, de acordo com as competências e no alcance do interesse sócio-económico do Projecto, comprometem-se a apoiar no licenciamento da actividade a exercer no âmbito do mesmo, em conformidade com os procedimentos estabelecidos, nomeadamente:

- a) **BNA**: — Departamento de Controlo Cambial — Emitir as licenças de importação dos capitais autorizados;
- b) **ANIP**: — Agência Nacional para o Investimento Privado — Prestar apoio institucional, sempre que o Investidor pretenda recorrer aos serviços da Administração Pública e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão do Projecto;
- c) **Ministério da Indústria**: — como entidade responsável — Apoiar o licenciamento da actividade e o equilíbrio funcional do projecto;
- d) **Ministério do Urbanismo e Construção**: — Prestar apoio institucional, sempre que o Investidor necessite, emitindo as licenças ou outros documentos que forem exigidos ao exercício da actividade do Projecto, por forma a que esta decorra em estrita conformidade com a lei angolana.

e) *Ministério da Administração Pública, do Trabalho e Segurança Social*: — apoiar as acções de formação e realização de estágios profissionais;

CLÁUSULA 18.ª

(Deveres e Direitos do Investidor)

1. O Investidor Privado obriga-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submete-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas, nomeadamente:

- a) Respeitar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Aplicar o plano de contas e as regras da contabilidade estabelecidas no país;
- c) Promover a formação da mão-de-obra nacional e a angolanização a nível das chefias e quadros nacionais.

2. Sem prejuízo dos direitos estabelecidos no presente Contrato e na lei, o Investidor Privado gozará ainda do direito à total protecção e respeito pelo sigilo profissional, bancário e comercial.

3. Nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei do Investimento Privado, o Investidor Privado têm direito a recorrer ao crédito após a implementação efectiva do projecto.

CLÁUSULA 19.ª

(Força Maior)

1. O disposto no presente Contrato foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referidas no número anterior, as partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio contratual.

3. No caso de os bens objecto de investimento privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 20.ª

(Lei Aplicável)

A lei aplicável ao presente Contrato é a lei angolana.

CLÁUSULA 21.ª

(Infracções e sanções)

1. No âmbito deste Contrato, sem prejuízo do disposto em outros diplomas, em matéria de investimento privado, constituem infracções os seguintes actos:

- a) Uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou da autorização do investimento;
- c) A prática de actos de comércio fora do âmbito autorizado pelo presente Contrato;
- d) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou associação esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal; e
- e) A não execução das acções de formação ou não substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos no presente Contrato.

2. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei, as transgressões previstas no número anterior são passíveis das seguintes sanções:

- a) Multa, correspondente em Kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 a USD 500.000,00, sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda das isenções e incentivos fiscais e outras facilidades concedidas; e
- c) Revogação da autorização do investimento.

3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções, são as estabelecidas nos artigos 87.º e 88.º, ambos da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 22.ª

(Resolução de Litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato, bem como, sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e o Investidor Privado serão submetidos à arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo,

pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, este será designado nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a lei angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 23.ª

(Língua do Contrato e Exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos contratuais, descritos na Cláusula 25.ª, assim como, toda a documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da sua execução, deverão estar em língua portuguesa.

2. Caso qualquer uma das Partes produza ou invoque algum documento em língua estrangeira, este só será eficaz se traduzido para língua portuguesa, sem prejuízo de, em caso de litígio ou dúvida, prevalecer o conteúdo do documento original sobre a tradução.

3. O presente Contrato é feito em 3 (três) exemplares, ficando a ANIP, o Investidor Privado e a Imprensa Nacional, com 1 (um) exemplar cada.

CLÁUSULA 24.ª (Anexos ao Contrato)

São partes integrantes do Contrato os seguintes documentos:

1. Cronograma de Implementação do Projecto — Anexo I;
2. Plano de Substituição da Força de Trabalho da triada — Anexo II; e
3. Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional — Anexo III.

Feito em Luanda, aos 18 de Julho de 2014.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Almeida*,
Presidente do Conselho de Administração.

Pelo Investidor Privado, *Nuno de Miranda Calvo*,
Representante Legal.

ANEXO I Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento

Acções a executar	Ano I
Processo ANIP	2.º/ 3.º Trimestre 2014
Importação dos fundos para Angola	4.º Trimestre 2014
Aquisição das quotas	4.º Trimestre 2014
Execução do Plano de Investimento	4.º Trimestre 2014

ANEXO II
Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada (n.º 2 e 3 artigo 72.º da Lei n.º 20/05 de 20 de Maio)

Categoria	Ano 1			Ano 2			Ano 3			Ano 4			Ano 5		
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total
Direção	0	3	3	1	3	4	1	3	4	1	3	4	1	3	4
Técnicos Superiores	0	2	2	0	2	2	1	2	3	1	2	3	2	2	4
Técnicos Médios	1	0	1	3	0	3	6	0	6	6	0	6	6	0	6
Administrativos	3	0	3	3	0	3	4	0	4	4	0	4	4	0	4
Operários Especializados	4	1	5	15	1	16	21	1	22	21	1	22	21	1	22
Operários Não Especializados	124	0	124	116	0	116	117	0	117	117	0	117	116	0	116
Total	132	6	138	138	6	144	150	6	156	150	6	156	150	6	156

Betablocos, Limitada
Contrato de Investimento Privado
ANEXO III

Plano de Formação de Mão-de-obra Nacional (n.º 2 e 3 artigo 72.º da Lei n.º 20/05 de 20 de Maio)

N.º	Categorias	N.º Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local da Formação	Tempo de Formação (# Horas)	Duração (# Dias)	Custo da Formação
	Direção	2	- Direção Administrativa e Financeira	- Liderança & Gestão Finanças & Tesouraria	Betablocos	30h	90 dias	USD 9.000
	Técnicos Superiores	1	- Direção Administrativa e Financeira	- Gestão de Tempo - Gestão de Clientes	Betablocos	20h	60 dias	USD 6.000
	Técnicos Médios	1	- Direção Comercial / Geral	- Técnicas Laboratoriais e Controlo de Qualidade	Betablocos	10h	30 dias	USD 3.000
	Administrativos	2	- Direção Administrativa e Financeira	- Finanças e Tesouraria	Betablocos	10h	10 dias	USD 3.000
	Operários Especializados	3	- Direção de Operações	- Resistência à Compressão e Redução do Nível das Imperfeições Visuais	Betablocos	300h	300 dias	USD 6.850
	Operários Não Especializados	62	- Direção de Operações	- Determinação da Forma e Dimensões e Segurança no Local de Trabalho	Betablocos	300h	300 dias	USD 6.850

A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.